



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS, PROVIMENTOS E OUTROS ATOS DA PRESIDÊNCIA

PROVIMENTO Nº 10/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e dando atendimento ao que consta do Processo Administrativo nº 8500011-47.2019.8.06.0058, oriundo da Comarca de Groaíras-Ce,

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR **PAULO EXPEDITO MOREIRA AZEVEDO**, como **JUIZ DE PAZ TITULAR**, para presidir as cerimônias de casamento civil cujos processos de habilitação tenham expediente no Cartório de Ofício de Notas e de Registros da Comarca de Groaíras-CE, até a instalação da Justiça de Paz no Estado do Ceará.

Art. 2º- Aplicam-se às designações constantes deste Provimento as demais disposições do Provimento 01/98, de 8 de abril de 1998, publicado no Diário da Justiça de 15 de abril de 1998.

Art. 3º- Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 15 de fevereiro de 2019.

Desembargador **WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO**
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 11/2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e dando atendimento ao que consta do Processo Administrativo nº 8500268-97.2018.8.06.0158, oriundo da Comarca de Russas-Ce,

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR **ARLENE COSTA SCIPião**, como Suplente de **JUIZ DE PAZ**, para presidir as cerimônias de casamento civil cujos processos de habilitação tenham expediente no Cartório de Registro Civil do Distrito Judiciário de Peixe da Comarca de Russas-CE, até a instalação da Justiça de Paz no Estado do Ceará.

Art. 2º- Aplicam-se às designações constantes deste Provimento as demais disposições do Provimento 01/98, de 8 de abril de 1998, publicado no Diário da Justiça de 15 de abril de 1998.

Art. 3º- Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 18 de fevereiro de 2019.

Desembargador **WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO**
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 2.136/2017

Dispõe sobre aposentadoria de servidora

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 2000.0030.2450-5, RESOLVE aposentar, a partir de 21 de dezembro de 1998 (data limite de permanência no serviço público), **MARIA DO CARMO COSTA NOGUEIRA**, matrícula nº 24817, função de Auxiliar de Serviços Gerais, referência ADO-1, deste Poder Judiciário, nos termos do arts. 152, II, 156, § 1º, II da Lei nº 9.826/74, art. 168, II, da Constituição Estadual de 05/10/1989 e art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal de 05/10/1988 (redação da Emenda Constitucional nº 20/1998), ATRIBUINDO-LHE os proventos mensais e proporcionais, na base de 60%(sessenta por cento), no valor total de **R\$ 578,20 (quinhentos e setenta e oito reais e vinte centavos)**, abaixo discriminados:

Vencimento (Lei nº 12.830/1998) – Proporcional 60%	R\$ 62,85
(Sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos)	
Progressão Horizontal – 10% (art.43 § 1º da Lei nº 9.826/74)	R\$ 10,47
(Dez reais e quarenta e sete centavos)	
Gratificação Judiciária – 40% (Lei nº 11.715/90)	R\$ 25,14
(Vinte e cinco reais e quatorze centavos)	
Vantagem Pessoal 2/5 - Lei nº 11.487/91	R\$ 186,46
(Cento e oitenta e seis reais e quarenta e seis centavos)	